

Design como mediação no Antropoceno

Por uma prática relacional e decolonial na construção de futuros pluriversais.

Palavras-chave: Antropoceno, decolonialidade, pluriversalidade, cosmopolítica.

Cássia Dominguez; Universidade Federal de Pernambuco; Recife, Pernambuco, Brasil;
cassia.dominguez@ufpe.br

Cleiton Pereira; Universidade Federal de Pernambuco; Recife, Pernambuco, Brasil;
pereira.santos@ufpe.br

Laura Morgado; Universidade Federal de Pernambuco; Recife, Pernambuco, Brasil;
laura.morgado@ufpe.br

Mariane Medeiros; Universidade Federal de Pernambuco; Recife, Pernambuco, Brasil;
mariane.medeiros@ufpe.br

Marina Stela; Universidade Federal de Pernambuco; Recife, Pernambuco, Brasil;
marina.stela@ufpe.br

1. A crise do Antropoceno e os fundamentos para uma transformação

A crise civilizatória do Antropoceno, caracterizada pelo colapso ecológico e pela persistência de modelos extrativistas, tem estampado a urgência de repensarmos as relações entre sociedade e natureza, abandonando a dicotomia moderna que separa cultura e ambiente (Latour, 2020). Em direção à inadiável necessidade de repensarmos as abordagens socioecológicas dominantes, Stengers (2018) propõe uma visão transformadora na qual a mudança genuína poderá emergir por meio de momentos de ruptura em que conflitos e crises, muitas vezes provocados por vozes dissonantes, conseguem reconfigurar radicalmente os limites do que é considerado possível ou racional no campo projetual.

A separação natureza-cultura é para Latour (2020) e Stengers (2018) o fundamento epistêmico que sustenta o Antropoceno. Assim, Latour propõe uma

reviravolta conceitual ao substituir a noção moderna de natureza como entidade passiva e exterior pelo conceito político de Gaia, um sistema dinâmico e reativo em que humanos e não-humanos co-constroem realidades de forma inextricável. Em paralelo, Stengers (2018) desenvolve sua "ecologia das práticas", propondo um pluralismo epistemológico radical que recusa qualquer hierarquia entre diferentes regimes de conhecimento, sejam eles científicos, tradicionais ou artesanais. A autora defende, portanto, que o conhecimento só se torna transformador quando é produzido em meio a coletivos heterogêneos, capazes de resistir às simplificações impostas pela racionalidade moderna. Stengers defende uma "cosmopolítica" na qual não há consenso pré-definido, mas sim conflitos negociados entre mundos diferentes.

2. O design como prática decolonial e relacional

Escobar (2017), em sua crítica à prática projetual moderna, e todo o impacto socioambiental que ela tem produzido, identifica quatro crenças estruturantes que perpetuam a colonialidade nessa abordagem projetual: a noção do indivíduo criador autônomo; a pretensão de objetividade do real; a naturalização da economia como sistema universal; e a hegemonia da ciência moderna como único saber válido. Esses pilares, para o autor, têm atuado como mecanismos de poder que marginalizam a pluriversalidade de modos de existência, de produção material e de relações outras entre humano e natureza, principalmente aqueles oriundos do Sul Global.

Compreendendo a dimensão ontológica do design, isto é, seu papel central enquanto produtor de mundos, Escobar (2017) destaca que, quando emancipado de sua matriz colonial e capitalista, ele pode atuar como uma ferramenta de reexistência, articulando saberes locais e promovendo alternativas pós-desenvolvimentistas, em uma perspectiva em que o projeto deixa de ser um instrumento de dominação para se tornar um processo dialógico, no qual diferentes atores (humanos e não humanos) participam na cocriação de futuros possíveis. Ele pode, portanto, assumir seu papel mediador para

facilitar a negociação entre múltiplas ontologias e fomentar arranjos socioecológicos mais justos e sustentáveis.

Essa abordagem ecoa o chamado de Escobar (2017, p. 241, tradução nossa) para um design que opera como prática decolonial, que "considera toda a gama de tradições de design (no Ocidente e além), buscando fazê-lo de maneira não eurocêntrica". O desafio que se coloca, portanto, é desenvolver metodologias projetuais que equacionem saberes científicos, tradicionais e corporificados - o que requer uma "reconexão: com os não humanos; com as coisas em sua 'coisidade'; com a Terra [...] e com os humanos em sua alteridade radical" (Escobar, 2017, p. 241, tradução nossa).

3. Metodologias e reconfigurações para um design transformador

É a partir dessa compreensão cosmopolítica que definimos como objetivo deste ensaio apresentar um aporte teórico que posicione o design como articulador e mediador ativo de transformação, que, rompendo com seus pressupostos e crenças modernas, assume uma prática relacional, engajada e colaborativa.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, elaboramos um estudo de abordagem qualitativa, no qual, de maneira conjunta e participativa, nos pautamos em pesquisa bibliográfica e em discussões síncronas (videochamadas) e assíncronas (grupo em aplicativo de mensagens instantâneas) para a construção do presente ensaio teórico. Como plataformas de apoio para a geração de ideias e o debate, utilizamos o Miro; e, para a construção e edição simultânea do documento, utilizamos o Google Docs.

Neste ensaio, assumimos o design como uma prática relacional e mediadora para as transformações socioecológicas no Antropoceno. Isso implica compreender que para ele transcender a tradição moderna, assumindo seu papel político nas transformações do Antropoceno, é urgente que se junte a outras formas de conhecimento e organização social, tornando-se um processo dialógico, envolvendo humanos e não-humanos.

V COLÓQUIO DE PESQUISA EM DESIGN E ARTES

5, 6 e 7 de novembro 2025

As reflexões de Stengers (2018) trazem implicações importantes para o design e a política. Ao questionar a pretensa neutralidade do especialista, Stengers revela que nenhum saber existe em estado "puro", todos estão inevitavelmente situados em um contexto de poder (o que ela chama de *oikos*). Essa compreensão exige que o design transcenda sua dependência de "soluções técnicas" aparentemente objetivas e passe a reconhecer ativamente seus próprios vieses e limitações. Nessa perspectiva, o campo do design deve se transformar em um espaço acolhedor para vozes dissidentes, sejam elas provenientes de comunidades locais, experiências tradicionais ou críticas radicais ao *status quo*. O objetivo não é simplesmente incorporar essas perspectivas marginais aos processos estabelecidos, mas sim permitir que elas realmente perturbem e desafiem as lógicas dominantes. Essa perspectiva sugere uma redefinição, na qual a prática do design passa a ser entendida como um campo de negociação constante, em que as certezas estabelecidas estão sempre sujeitas ao questionamento coletivo e à reinvenção.

Criar espaços de negociação, no qual diferentes formas de conhecer e existir possam coexistir e se fertilizar mutuamente, significa, nas palavras de Escobar (2017, p. 241, tradução nossa), "desmantelar dualismos e levar a sério todas as formas de existência não dualista". A mediação proposta vai além da simples tradução entre linguagens, configurando-se como um caminho para aquilo que o autor vislumbra como "ontologias de compaixão e cuidado", em que o design deixa de ser instrumento de dominação para se tornar prática de revelação e reconexão com os múltiplos mundos que compõem o pluriverso.

É preciso considerar, no entanto, que, para assumir este papel mediador, o campo do design precisa do olhar cuidadoso não só para os processos sociais em curso à sua volta, mas para suas próprias contradições internas. Uma análise da condição do profissional de design hoje, nos permite perceber que as mesmas forças que impulsionam o Antropoceno também reproduzem condições mais precárias de trabalho para muitas categorias (Lorusso, 2023).

Esse cenário evidencia os contornos e limites do poder de influência do design enquanto força inovadora da sociedade na dimensão macroeconômica e aponta para a

V COLÓQUIO DE PESQUISA EM DESIGN E ARTES

5, 6 e 7 de novembro 2025

necessidade de estratégias de ação no plano local. Um arranjo organizativo de trabalho em design que privilegia a cooperação e o diálogo, como coletivos ou cooperativas, são uma das bases possíveis sobre as quais construir a resistência ao paradigma trabalhista atual. De fato, o modelo organizativo do trabalho molda não só a sua produção, mas as próprias relações sociais que o permeiam, e determina inclusive as hierarquias que o constituem e quais opressões ele perpetua ou antagoniza (Federici, 2010). Dessa forma, a noção crítica de cooperativa institui um espaço privilegiado de mediação e experimentação, onde o design relacional pode ser efetivamente operacionalizado, constituindo a formação de laboratórios vivos e de práticas pós-capitalistas.

É nesta direção que metodologias participativas como cartografias colaborativas e assembleias de co-criação revelam-se como instrumentos cruciais para ampliar a capacidade mediadora do design. Articulando as contribuições de Stengers (2018) e Escobar (2017), o desafio central consiste em criar dispositivos que simultaneamente: traduzam entre agentes humanos e não-humanos, garantindo voz ativa a rios, solos e ecossistemas; desafiem as hierarquias de saber instituídas, equiparando conhecimentos técnicos e saberes tradicionais; e incorporem os ritmos comunitários, aplicando o que Stengers (2018) denomina "política da lentidão" como antídoto à aceleração capitalista. Nas práticas cooperativistas, essa política lenta cria espaços em que diferentes temporalidades - humanas e não-humanas - podem ser equacionadas. O design, neste contexto, transforma-se em prática de cuidado mútuo, em que a criação de artefatos e sistemas sempre considera seus efeitos em redes complexas de interdependência.

O design como prática mediadora e relacional implica uma reconfiguração profunda na formação e atuação dos designers, que deixam de ser especialistas técnicos para se tornarem facilitadores de processos coletivos de criação, capazes de navegar entre diferentes epistemologias. Isso requer novas pedagogias projetuais, que preparem designers não apenas como solucionadores de problemas, mas como mediadores de conflitos, tradutores entre mundos e tecelões de redes de interdependência.

A nossa proposta central é que ao posicionar o design como prática relacional e mediadora, ele possa catalisar processos de transição socioecológica, articulando

V COLÓQUIO DE PESQUISA EM DESIGN E ARTES

5, 6 e 7 de novembro 2025

conhecimentos diversos e incentivando organizações cooperativas e participativas. Isso implica abandonar a lógica instrumentalista e abraçar uma postura ético-política, na qual o ato de projetar se torna um exercício de cuidado, negociação e construção de mundos compartilhados (Escobar, 2017). Nesse caminho, o design deixa de ser agente de reprodução do *status quo* para se tornar um vetor de mudança, contribuindo para a emergência de futuros mais pluriversais no Antropoceno.

REFERÊNCIAS

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**: la realización de lo comunal. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.

FEDERICI, Silvia. Feminism and the politics of the commons. **The Commoner**, [S. l.], v. 14, 2010. Disponível em: <https://thecommoner.org/wp-content/uploads/2020/06/federici-feminism-and-the-politics-of-commons.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Traduzido por Maryalua Meyer. São Paulo / Rio de Janeiro: Ubu Editora / Ateliê de Humanidades Editorial, 2020. 480 p. Título original: Face à Gaïa: huit conférences sur le nouveau régime climatique.

LORUSSO, Silvio. **Emprecariado**: todo mundo é empreendedor, ninguém está a salvo. Tradução: Eduardo Souza. São Paulo: Clube do Livro do Design, 2023.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 69, p. 442–464, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>. Acesso em: 17 jun. 2025.